

ERRADICAÇÃO DO CASAMENTO INFANTIL NA ÁFRICA AUSTRAL: LACUNAS E OPORTUNIDADES NOS ARCABOUÇOS LEGISLATIVOS

Maio 2023





Photo: Doug Linstedt/Unsplash

SUMÁRIO

Histórico	3
Situação do casamento infantil na África Oriental e Austral	4
Legislação atual na SADC	5
Análise	8
Lacunas e desafios	9
Recomendações aos Estados membros da SADC	9

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi encomendado pelo Escritório Regional da África Oriental e Austral (ESARO) do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). O relatório foi elaborado por Susan Mutambasere, consultora da Equality Now. Meron Negussie e Lindsay Barnes, do ESARO do UNFPA, contribuíram para a garantia de qualidade do estudo. Jyoti Tewari e Willis Odek, também do ERASO do UNFPA, prestaram valioso apoio revisando as versões preliminares do relatório. O UNFPA deseja estender seus agradecimentos a Boemo Sekgoma, Secretária-Geral do Fórum Parlamentar da SADC, Krishna Seegobin, e ao pessoal do Secretariado do FP da SADC pelas contribuições técnicas e pela contínua determinação de erradicar o casamento infantil na região da SADC; bem como a Caroline Lagat, Divya Srinivasan, Faiza Mohamed e Judy Gitau, da Equality Now, por suas contribuições para o documento.

Citação recomendada para este relatório: ESARO do UNFPA e Equality Now. 2023. Erradicação do Casamento Infantil na África Austral: Lacunas e Oportunidades nos Arcabouços Legislativos, ESARO DO UNFPA.

SOBRE A EQUALITY NOW

Desde a sua fundação em 1992, a Equality Now vem usando uma combinação única de ações legais de defesa de direitos, parcerias regionais e mobilização comunitária para incentivar os governos a adotar, melhorar e garantir a aplicação de leis que protejam e promovam os direitos humanos de mulheres e meninas em todo o mundo. Com uma equipe internacional, suas campanhas giram em torno de quatro áreas programáticas: Promoção da Igualdade Legal, Erradicação da Violência Sexual, Erradicação de Práticas Danosas e Erradicação da Exploração Sexual, com um enfoque transversal nas necessidades específicas de meninas adolescentes.

 info@equalitynow.org

 www.equalitynow.org

 [@equalitynoworg](https://www.facebook.com/equalitynoworg)

 [@equalitynoworg](https://www.instagram.com/equalitynoworg)

 [@equalitynow](https://twitter.com/equalitynow)

HISTÓRICO

Todos os instrumentos internacionais de direitos humanos, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança (ACRWC) e o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África (Protocolo de Maputo), estabelecem categoricamente que a idade mínima para o casamento é 18 anos, sem exceções. A Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR) e o Comitê Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança (ACERWC), em seu Comentário Geral Conjunto sobre a Erradicação do Casamento Infantil, adotado em 2017, também declaram inequivocamente que a idade mínima para o casamento é 18 anos, sem exceções. A [Lei Modelo sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Proteção de Crianças Já Casadas](#) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) também ecoa esses princípios de direitos humanos e recomenda que os Estados membros não se desviem da idade mínima para o casamento, ou seja, 18 anos.

Esses instrumentos internacionais de direitos humanos (CRC, ACRWC), bem como as legislações nacionais, definem uma criança como uma pessoa com menos de 18 anos. Na maioria das jurisdições, essa pessoa não é capaz de celebrar um contrato juridicamente vinculante, nem tem permissão para votar. Apesar disso, vários países africanos permitem que uma criança se case com um adulto ou com outra criança, com todas as obrigações correspondentes.

Todos os Estados membros da SADC regulam de alguma forma a instituição do casamento, muitas vezes por meio de Códigos Civis, Leis do Casamento ou Leis de Proteção à Criança. Essas leis têm como objetivo proteger os direitos das crianças, mas, como será demonstrado a seguir, algumas ainda não oferecem uma proteção abrangente, sendo que as meninas costumam ser as mais afetadas pelas consequências negativas dos casamentos infantis.

Já foi demonstrado que a promulgação de leis robustas que proíbam o casamento infantil tem uma influência positiva na redução da incidência desses casamentos e na melhoria do bem-estar geral das crianças. [Pesquisas](#)¹ mostram que



países com leis que estabelecem a idade mínima de 18 anos, sem exceções (como, por exemplo, o consentimento dos pais para o casamento abaixo da idade mínima geral), têm uma incidência² relativamente menor de casamentos infantis e gravidez na adolescência. Para ilustrar melhor esse fato, uma [pesquisa](#) realizada em Mali³ indicou que, quando a idade mínima para o casamento foi reduzida de 18 para 16 anos, os casamentos infantis aumentaram progressivamente. Leis claras e consistentes, portanto, têm o poder não apenas de agir como um impedimento, mas também de demonstrar à comunidade a necessidade de permitir que as crianças cresçam e atinjam seu pleno potencial ao influenciar positivamente as atitudes da sociedade.

Os casamentos infantis são o resultado de muitos problemas sociais, incluindo normas patriarcais, obstáculos econômicos, crenças tradicionais, acesso reduzido ou limitado à educação, bem como, em alguns casos, conflitos ou desequilíbrios relacionados a desastres naturais.

1 B Maswika et al 'Minimum marriage laws and the prevalence of child marriage and adolescent birth: Evidence from sub-Saharan Africa' (2015) International Perspectives on Sexual and Reproductive Health 58.

2 ONU Mulheres '2011-2012 Progress of the World's Women: In Pursuit of Justice' (2011).

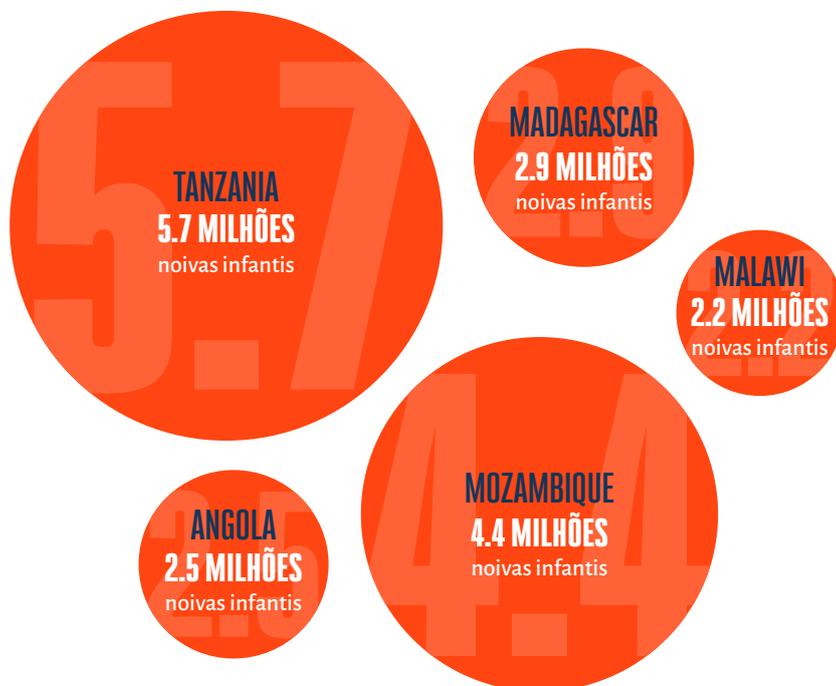
3 E Batyra e LM Pesando "Reverse Policies?" Reducing the legal minimum age of marriage increases child marriage among the poorest in Mali' (2022) Population Centre Working Papers, Universidade da Pensilvânia.

SITUAÇÃO DO CASAMENTO INFANTIL NA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Estima-se que Tanzânia e Moçambique registrem o maior número de noivas infantis na região da África Oriental e Austral – respectivamente, **5,7 milhões e 4,4 milhões**. Em Moçambique, 53% das mulheres se casaram antes de completar 18 anos. Outros países da sub-região também têm altas incidências de noivas infantis, entre os quais Madagascar (2,9 milhões), Angola (2,5 milhões) e Malawi (2,2 milhões).⁴ Os tipos de união variam do casamento entre pares ao casamento com parceiros adultos.

Algumas uniões são casamentos formais, enquanto outras são uniões informais de coabitação. Por exemplo, em Angola, estima-se que 83% das crianças em casamentos infantis estejam em uniões informais e apenas 10% sejam casadas formalmente. No entanto, essa situação varia significativamente de país para país. Em Lesoto, por exemplo, quase todas (95%) as crianças casadas estão em casamentos formais, enquanto apenas 2% estão em uniões informais.

Os efeitos negativos do casamento sobre a criança são muitos e variados, incluindo, entre outros, a interrupção de sua educação, a redução da atividade econômica, o aumento do risco de gravidez precoce e frequente, que é prejudicial à sua saúde, e o aumento do risco de violência de gênero.⁵ Essas consequências são ilustradas abaixo.



- Crianças que vivem em casamentos infantis são mais propensas a abandonar a escola em comparação com crianças que não se casaram. Em Madagascar, 97% das adolescentes de 15 a 17 anos casadas ou em uniões informais não frequentam a escola, em comparação com 49% das meninas que nunca se casaram.
- A gravidez precoce associada ao casamento infantil aumenta significativamente o risco de mortalidade e morbidade materna. Na Namíbia, 33% das mulheres casadas antes dos 18 anos tiveram filhos menos de um ano após o casamento e 37% após o primeiro ano de casamento. Há uma grande diferença com as mulheres que se casaram com 18 anos ou mais, das quais somente 10% (em comparação com 33%) engravidaram dentro de um ano e 11% (em comparação com 37%) após um ano de casamento. Essas estatísticas indicam que as gestações precoces, muitas das quais indesejadas, têm maior probabilidade de ocorrer no contexto do casamento infantil. De fato, o acesso limitado a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva pode levar à gravidez na adolescência, que, em alguns contextos, pode resultar em casamentos infantis.⁶ Por exemplo, foi documentado que, durante a pandemia de Covid-19, a paralisação dos serviços de saúde sexual e reprodutiva contribuiu para o aumento da gravidez na adolescência e, em muitos casos, dos casamentos infantis.⁷
- A falta de autonomia e de liberdade contra a violência compromete a qualidade de vida das noivas infantis. Na África do Sul, apenas 13% das mulheres casadas antes dos 18 anos tinham contas bancárias, em comparação com 50% daquelas que se casaram com 18 anos ou mais e 51% das mulheres que nunca foram casadas. Da mesma forma, 41% das mulheres que se casaram antes dos 18 anos sofreram violência por parceiro íntimo, comparado a 21% das mulheres que se casaram com 18 anos ou mais.

4 UNICEF 'Child marriage in Eastern and Southern Africa: A statistical overview and reflections on ending the practice' (2022).

5 Plan International, 'Child Early and Forced Marriages and Unions' (2020) Policy Brief.

6 UNICEF 'Child marriage and teenage pregnancy: Key Issues in East Asia and the Pacific'

7 ReliefWeb 'Child marriages, pregnancies soar during pandemic' 12 de outubro de 2020 https://reliefweb.int/report/world/child-marriage-pregnancies-soar-during-pandemic?gclid=Cj0KCQjw_r6hBhDdARIsAMIDhV82ogsdxpGUjsjYVYCsGvV5dInBwFl_Ad-jobQq3elQoJTSP81gIsAaAvPIEALw_wcB

LEGISLAÇÃO ATUAL NA SADC

Este documento informativo apresenta o estado das leis na região da SADC em relação a três áreas temáticas fundamentais:

- 1) A idade mínima para o casamento e a extensão de sua aplicação uniforme a meninos e meninas;
- 2) A existência de exceções relacionadas a leis consuetudinárias, religiosas ou de outra natureza;
- 3) Disposições que preveem exceções à idade mínima para o casamento por consentimento parental ou judicial.

A Tabela 1 abaixo apresenta uma visão geral das leis vigentes na sub-região relacionadas a essas questões.

Tabela 1 Legislação sobre casamento infantil na SADC, com base em 3 temas selecionados

Países	Lei existente	Idade mínima geral para o casamento	Existem exceções para leis consuetudinárias/religiosas?	O consentimento parental/judicial para o casamento é inferior à idade mínima geral permitida?
Angola	Código da Família de 1988	18 (meninos e meninas), com exceções	Não	Sim. O casamento pode ser permitido aos 16 anos para meninos e 15 para meninas se os pais ou o responsável considerarem que esse é o melhor para a criança (art. 24)
Botsuana	Lei do Casamento de 2001	18 (meninos e meninas), com exceções (s14 da Lei do Casamento, s62(2)(a) da Lei da Criança)	Sim. A Lei do Casamento exclui especificamente os casamentos consuetudinários e religiosos, aos quais a idade de 18 anos não se aplica	Não. No entanto, o consentimento dos pais e responsáveis é necessário para menores de 21 anos (s15 da Lei do Casamento)
Comores	Código da Família de 2005 Código Penal (Crimes e Contravenções)	18 (meninos e meninas), com exceções	Sim, para casamentos consuetudinários (somente casamentos muçulmanos são cobertos pelo Código da Família). No entanto, o Código Penal prevê penalidades para quem consume ou tente consumir um casamento baseado no direito consuetudinário com uma criança menor de 13 anos.	Sim. O juiz pode permitir o casamento de crianças menores de 18 anos por motivos sérios e legítimos. O Código da Família prevê exceções judiciais
República Democrática do Congo	Código da Família de 1987 (alterado em 2016) Lei de Proteção à Criança de 2009	18 (meninos e meninas), sem exceção (Código da Família e Lei de Proteção à Criança), com penalidades para o oficial de casamento, os pais que consentiram, o cônjuge adulto e aqueles que testemunharam	Não	Não

Essuatíni	Lei do Casamento de 1964 Lei de Proteção e Bem-Estar Infantil de 2012 Lei do Casamento de 2022	18 para meninos e 16 para meninas (Lei do Casamento)* No entanto, a Lei de Proteção à Criança confere a crianças menores de 18 anos o direito de se recusarem a ser obrigadas a se sujeitarem a práticas prejudiciais e penaliza adultos que organizam casamentos infantis. <i>O Projeto de Lei do Casamento pretende aumentar a idade para 18 anos para meninos e meninas</i>	Sim, para matrimônios contraídos de acordo com a lei e os costumes de Essuatíni. A lei consuetudinária aceita o casamento a partir da puberdade	Sim, o Ministro da Justiça pode autorizar o casamento abaixo da idade mínima, nos termos da Lei do Casamento. O consentimento dos pais também é necessário para o casamento de crianças menores de 21 anos
Lesoto	Lei do Casamento de 1974 Lei de Proteção e Bem-Estar Infantil de 2011	18 para meninos e 16 para meninas, com exceções (Lei do Casamento)	Sim. De acordo com as Leis de Lerotholi (as leis consuetudinárias codificadas em 1908), meninos e meninas podem se casar quando atingem a puberdade.	Sim. O consentimento dos pais e do Ministro responsável pela Lei do Casamento (caso ele(a) considere o casamento “desejável”) pode ser obtido para casar meninos com menos de 18 anos e meninas com menos de 16. O consentimento dos pais também é necessário para o casamento de pessoas com menos de 21 anos
Madagascar	Lei do Casamento e dos Regimes Matrimoniais de 2007 Lei de Combate ao Tráfico de Pessoas	18 anos (meninos e meninas), com exceções A Lei de Combate ao Tráfico estipula penalidades para o casamento forçado de uma criança	Não	Sim. O Judiciário pode autorizar o casamento de menores de 18 anos a pedido de um dos pais ou da pessoa responsável pela criança
Malawi	Lei do Casamento, Divórcio e Relações Familiares de 2015 Constituição do Malawi de 1994 (com emenda de 2017)	18 (meninos e meninas), sem exceções	Não	Não
Maurício	Código Civil das Ilhas Maurício Lei da Criança de 2020 (entrou em vigor em janeiro de 2022)	18 (meninos e meninas), sem exceções	Não	Não. A Lei da Criança revogou as possibilidades de consentimento dos pais/responsáveis ou autorização judicial para crianças entre 16 e 18 anos, que existiam no Código Civil
Moçambique	Lei de Direito de Família de 2019 Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras de 2019	18 (meninos e meninas), sem exceções	Não	Não
Namíbia	Lei do Casamento de 1961 Lei da Igualdade da Pessoa Casada 1 de 1996 Lei de Assistência e Proteção Infantil (CCPA) de 2015	18 (meninos e meninas), com exceções (Lei do Casamento e CCPA)	Não. A CCPA afirma explicitamente que se aplica a casamentos religiosos e consuetudinários	Sim. O consentimento por escrito do Ministro de Assuntos Internos pode permitir que meninos e meninas menores de 18 anos se casem, se o consentimento dos pais também for fornecido (CCPA). O consentimento dos pais é necessário para o casamento de menores de 21 anos.

Seychelles	Código Civil das Seychelles de 2021	O Código Civil Revisado eliminou as exceções anteriores que permitiam o casamento de pessoas menores de 18 anos. Ele agora estipula que um adulto é uma pessoa com mais de 18 anos (s 17) com capacidade legal (s 18) e, mais adiante, estabelece que não há casamento sem consentimento (s 145). Estas seções, lidas em conjunto, podem confirmar que a idade mínima de casamento é 18 anos ⁸ , mas a lei poderia estabelecer isso claramente.	Não	Não
África do Sul	Lei do Casamento de 1961 Lei da Criança de 2005 Lei de Reconhecimento de Casamentos Consuetudinários de 1998	Para casamentos civis: 18 anos para meninos e 15 para meninas, com exceções (Lei do Casamento) Para casamentos consuetudinários: 18 anos para ambos, com exceções (Lei de Reconhecimento de Casamentos Consuetudinários)	Não*	Sim. O casamento com consentimento dos pais e do Ministro ou do Judiciário é permitido mesmo abaixo da idade mínima (Lei do Casamento e Lei de Reconhecimento de Casamentos Consuetudinários)
Tanzânia	Lei do Casamento	18 para meninos e 15 para meninas, com exceções**	Não, a lei consuetudinária e a lei religiosa não têm efeito sobre a Lei do Casamento	Sim. O Judiciário pode permitir o casamento a partir dos 14 anos para ambos os sexos. É necessário o consentimento dos pais para meninas menores de 18 anos (a retirada de consentimento dos pais pode ser anulada por um tribunal)
Zâmbia	Lei do Casamento de 1964 Lei do Código da Criança nº 12 de 2022 Lei da Educação de 2011	16 para meninos e meninas, com exceções (Lei do Casamento) A Lei da Educação proíbe o casamento de “estudantes” (definidos como crianças menores de 16 anos) A Lei do Código da Criança proíbe o casamento de meninos e meninas menores de 18 anos	Sim. Não há limite de idade para casamentos consuetudinários. A Constituição remete ao direito consuetudinário para questões de direito pessoal, como o casamento.	Sim. Um magistrado da Suprema Corte também pode autorizar o casamento de crianças com menos de 16 anos. (Lei do Casamento). Além disso, é necessário o consentimento dos pais para crianças com mais de 16 e menos de 21 anos.
Zimbábue	Lei dos Casamentos nº 1 de 2022 Constituição do Zimbábue de 2013	18 (meninos e meninas), sem exceções	Não.	Não.

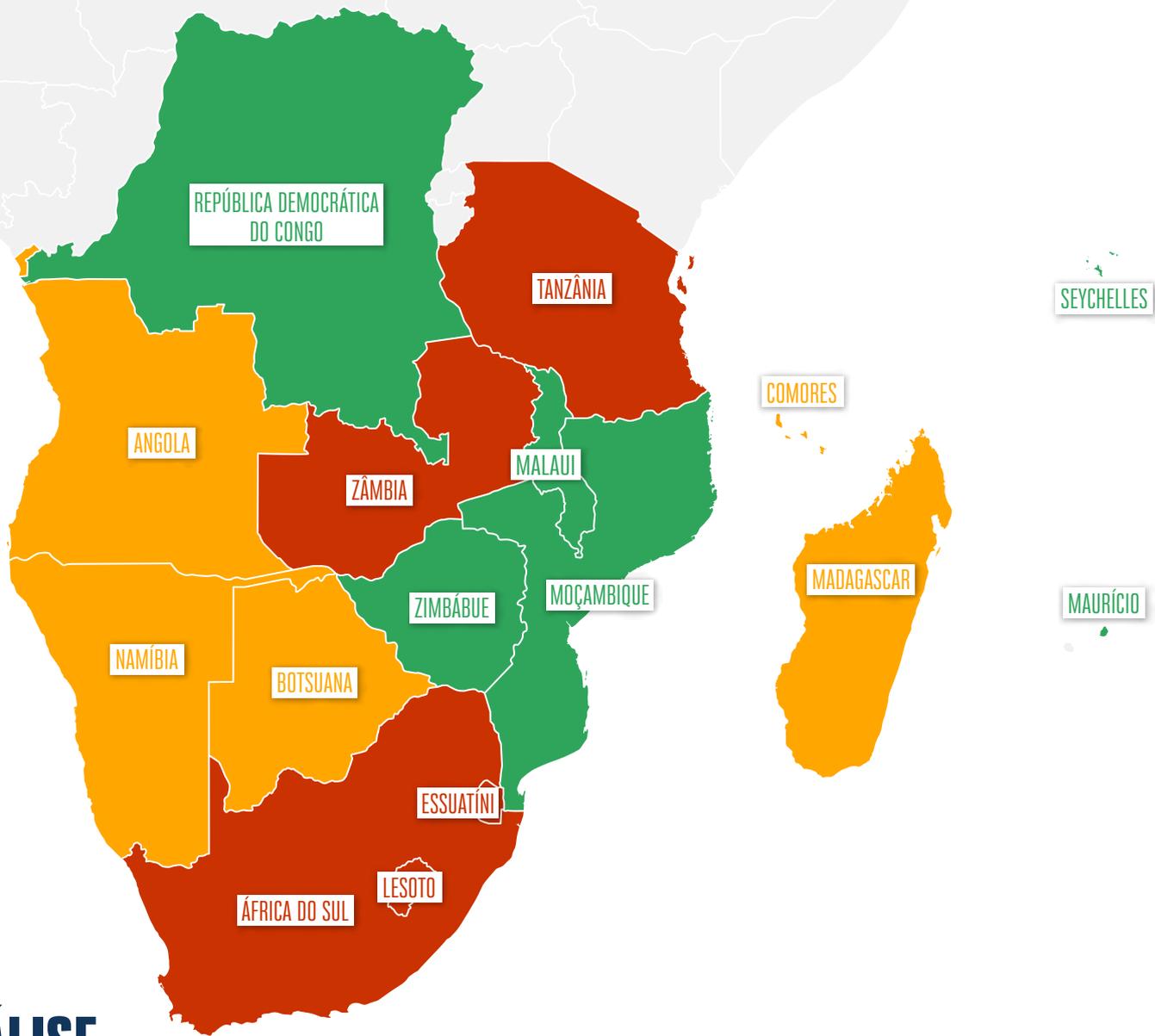
*A [Suprema Corte de Apelação](#) declarou a Lei do Casamento inconstitucional na medida em que não se aplicava especificamente a casamentos muçulmanos e declarou que a Lei do Reconhecimento de Casamentos Consuetudinários se aplicará *mutandis mutatis* aos casamentos religiosos.⁹

**As disposições da Lei do Casamento que permitem o casamento com menos de 18 anos foram declaradas inconstitucionais pelo [Tribunal de Recursos da Tanzânia](#), embora a lei ainda não tenha sido alterada em conformidade com a decisão.¹⁰

8 Departamento de Imigração e Estado Civil da República das Seychelles <http://www.ics.gov.sc/civil-status/getting-married>

9 President of the RSA v Women’s Legal Centre Trust & Ors (2020) ZASCA 177.

10 The Attorney General v Rebeca Z Gyumi Civil Appeal 204 of 2017.



ANÁLISE

Os principais destaques dos dados da Tabela 1 são os seguintes:

6/16 os governos estabelecem a idade mínima para o casamento aos 18 anos, sem exceções

Seis dos 16 países (cerca de 40%) – República Democrática do Congo, Malawi, Maurício, Moçambique, Seychelles e Zimbábue – estabelecem a idade mínima de 18 anos para meninos e meninas, sem exceções.

5/16 os governos estabelecem a idade mínima para o casamento aos 18 anos, mas com exceções

Cinco países (cerca de 30%) – Angola, Botsuana, Comores, Madagascar e Namíbia – fixam a idade mínima em 18 anos, mas com exceções. Desses cinco, Botsuana exclui especificamente os casamentos consuetudinários e religiosos dessa proteção, enquanto os outros quatro permitem que um tribunal ou outro funcionário governamental designado autorize casamentos envolvendo crianças menores de 18 anos.

5/16 os governos estabelecem uma idade mínima de casamento entre 15 e 18 anos, com exceções adicionais também aplicáveis

Cinco países (cerca de 30%) – Essuatíni, Lesoto, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia – estabelecem uma faixa etária mínima entre 15 e 18 anos. Nesses países, a idade mínima de casamento é diferente para meninos e meninas (com os meninos invariavelmente tendo o limite mais alto). Além dessas diferenças de idade, todos esses cinco países permitem o consentimento judicial ou dos pais para reduzir a idade do casamento e, em alguns casos (como em Essuatíni e Lesoto), há outras exceções de direito consuetudinário à lei.

LACUNAS E DESAFIOS

A análise da tabela acima indica que um dos maiores desafios na legislação da sub-região é a fixação de uma idade mínima para o casamento abaixo dos 18 anos em muitos países, sendo que a idade mínima estabelecida para as meninas muitas vezes é inferior à dos meninos. Isso se baseia na premissa equivocada de que as meninas amadurecem mais rapidamente que os meninos. É também uma indicação das noções patriarcais de que o valor das meninas e mulheres é medido por suas funções domésticas e reprodutivas. Isso faz com que as meninas se casem mais cedo enquanto os meninos continuam seus estudos, o que as coloca em desvantagem econômica. O estabelecimento de uma idade de casamento menor para as meninas foi considerado discriminatório pelo Judiciário da [Tanzânia](#); os ministros da Suprema Corte de Apelação decidiram que o governo deveria aumentar a idade mínima de casamento das meninas para 18 anos.

A tabela também demonstra que ainda há muito a ser feito em vários países para garantir que o casamento infantil seja proibido em todas as circunstâncias, independentemente da comunidade em que a criança tenha nascido. Quando deixam de regulamentar os casamentos consuetudinários e religiosos ou de fornecer exceções explícitas, os Estados não protegem os direitos individuais das crianças que fazem parte dessas comunidades. Embora as comunidades tenham

direito à liberdade de associação e cultura e, portanto, possam praticar as normas consuetudinárias e religiosas de sua escolha, o papel do Estado poderia ser aprimorado no sentido de garantir que essas normas e práticas não interfiram nos direitos fundamentais individuais. Esse aspecto é claramente estabelecido na Constituição de alguns países. Por exemplo, no Zimbábue, a Constituição afirma que “toda pessoa tem o direito de exercer a vida cultural de sua escolha”, mas isso não pode ser incompatível com a Declaração de Direitos.

Em muitos países, as disposições que permitem o consentimento judicial/governamental ou dos pais/responsáveis têm um efeito contrário ao pretendido – especificamente, proteger os melhores interesses da criança. Dadas as inúmeras consequências indesejáveis associadas aos casamentos infantis, que incluem violações de direitos humanos, é difícil imaginar em que circunstâncias um casamento infantil seria o melhor para a criança. Além disso, a maioria das leis que permitem o consentimento judicial ou governamental para casamentos infantis abaixo da idade mínima prescrita de 18 anos não fornece diretrizes claras para determinar quando tal permissão pode ser concedida. Na maioria desses países, muitas dessas exceções também não estabelecem uma idade mínima *absoluta* para o casamento, abaixo da qual nem mesmo um juiz ou ministro pode conceder permissão, o que deixa até meninas muito novas sob risco de serem legalmente autorizadas a se casarem.

RECOMENDAÇÕES AOS ESTADOS MEMBROS DA SADC

- Com base nas normas estabelecidas pelos instrumentos internacionais de direitos humanos com os quais se comprometeram, os Estados membros da SADC devem definir claramente em suas legislações nacionais a idade mínima para o casamento como **18 anos para meninos e meninas, sem exceções**.
- Os países que têm disposições conflitantes em diferentes legislações devem **harmonizá-las para remover a ambiguidade**. O ideal é que a disposição legal definindo a idade legal de 18 anos para o casamento infantil tenha precedência sobre outras legislações existentes (bem como sobre as leis consuetudinárias e religiosas, que podem não estar codificadas) para evitar qualquer conflito ou ambiguidade na interpretação.
- Os Estados membros devem promover a geração **regular** de informações para identificar oportunidades e desafios, bem como para subsidiar a formulação de políticas e reformas legais visando erradicar o casamento infantil.
- As **comunidades** devem ser envolvidas na formulação de políticas e nas reformas legais, sobretudo para estimular a adesão a iniciativas relacionadas a casamentos consuetudinários e religiosos.
- Os Estados membros podem buscar inspiração na Lei Modelo da SADC sobre Casamento Infantil para elaborar disposições robustas que ajudem a erradicar os casamentos infantis. Moçambique, por exemplo, incorporou nacionalmente as melhores práticas da Lei Modelo da SADC por meio de sua *Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras de 2019*.

Contact Equality Now

 info@equalitynow.org

 www.equalitynow.org

 [@equalitynoworg](https://www.facebook.com/equalitynoworg)

 [@equalitynow](https://twitter.com/equalitynow)

 [@equalitynoworg](https://www.instagram.com/equalitynoworg)

Contact UNFPA East and Southern Africa

 comms-team-esaro@unfpa.org

 www.esaro.unfpa.org

 [@UNFPA.ESARO](https://www.facebook.com/UNFPA.ESARO)

 [@UNFPA_ESARO](https://twitter.com/UNFPA_ESARO)

